

ACTA Nº 09/2008

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO. ---

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Dezembro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP 2008; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação do Mapa do Quadro de Pessoal do Município; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; ----

Ponto 6 - Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoilo, Marcos Ré, Margarida São Marcos, Paulo Costa, António Pedro Martins e João Roque. -----

-----**FALTAS:** Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Nuno Torres, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Ilda Silva. -----
--

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. --
--

Jorge Tadeu, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar em trabalhos parlamentares na Assembleia da República. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Monteiro. -----

Lurdes Vieira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de doença. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Amândio Pereira. -----

Rui Pereira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Pata. -----

Domingos Vilarinho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Júlio Merendeiro. -----
--

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a falta injustificada de João Canha Lopes e Carlos Lopes e as presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Soares, Ilda Silva, Maria Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Manuel Monteiro, Amandio Pereira, Eduardo Ferreira, Manuel Pata, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Júlio Merendeiro e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 – Apreciação e Votação da Alteração da 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP 2008; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Explica que a revisão se deve à obrigação de adaptar o Plano e Orçamento compatível com as exigências do programa comunitário que financia o projecto administrativo “Mais Maria”. Ele encontra-se aprovado pelo Programa Operacional do Centro e esta revisão é necessária para permitir dar início às transferências financeiras. -----

Indica que o projecto “Mais Maria” tem quatro áreas de intervenção: o sistema de atendimento integrado, a desmaterialização processual, a contratação pública electrónica e um *upgrade* ao sistema de informação geográfica. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Humberto Rocha: Dado o documento se tratar apenas de proceder a alguns pequenos reforços irão votar a favor. -----

Flor Agostinho: Entende que esta revisão e as anteriores são prova de que os Orçamentos e Planos que a Câmara tem aprovado têm previsto várias situações que mais tarde se concretizam. -----

Eduardo Ferreira: Sabendo que existem impostos e taxas bastante reduzidos ao longo do ano, questiona o porquê da transferência de verbas. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):
Responde ao membro Eduardo Ferreira que a rubrica tem folga e por isso se vai retirar a verba para se aplicar noutra mais necessária. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar o mesmo. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Explica que o ano de 2009 será o primeiro ano de execução financeira do pacote de apoios do QREN para o período de 2007/2013. No entanto, indica que houve um atraso na gestão do QREN e que irá atrasar a execução financeira, visto que, o Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, solicitou à Comissão

Europeia um adiamento dos prazos de execução, para que o país não tivesse de devolver Fundos Comunitários. -----

A prioridade do Plano e Orçamento é a qualificação e modernização do Parque Escolar, encontrando-se adjudicadas as obras dos Centros Educativos da Cale da Vila na Gafanha da Nazaré e da Srª do Pranto em Ílhavo e abertos os concursos para ampliação das escolas da Presa-Légua, Vale de Ílhavo e Coutada. -----

Para a contratualização estão abrangidas, as obras de Ampliação e Remodelação do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, a Primeira Fase da Via de Cintura Nascente à cidade de Ílhavo e a Área de Acolhimento Empresarial, que envolve a qualificação e ampliação da Zona Industrial da Mota. -----

Continua com o seu raciocínio, explicando que a CMI, no âmbito da CIRA, tem participação em dez projectos intermunicipais, ligados às áreas da capacitação institucional, da gestão da energia e eficiência hídrica e eficiência energética, da mobilidade territorial, ambiente e à gestão da agenda 21, entre outras. ---

--
Respeitante ao QREN, encontra-se candidato aos Fundos Comunitários, o Programa de Regeneração Urbana da Cidade de Ílhavo com algumas obras privadas, tais como o Hospital de Cuidados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, bem como acções na qualificação urbana, na formação profissional e na integração social. -----

Em simultâneo apresentam-se projectos ligados ao Programa Operacional das Pescas, destacando a ampliação e remodelação do Mercado da Costa Nova. -----

Indica que para o ano 2009, ficou decido aplicar sobre a água e saneamento uma gestão à escala intermunicipal, criando-se uma entidade que vai gerir o somatório dos sistemas num único. Essa entidade apresentará soluções para obterem um parceiro que lhes dará capacidade financeira através de empresas privadas e de Fundos Comunitários. -----

Termina, dizendo que para o ano de 2009 está prevista a diminuição de importante receitas municipais, conforme segundo semestre de 2008, e outras receitas como a do IMI irão baixar por força da aplicação da nova Lei. Daí, a necessidade de aproveitar o mais possível os Fundos Comunitários. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Eduardo Ferreira: Começa por dizer que, sendo dito por este executivo que os condicionamentos são cada vez mais gravosos, pergunta, como é possível continuar a verificar a existência de orçamentos mais elevados que os anteriores, sendo que estes têm uma percentagem considerável de não realização. -----

--
Analisado o Orçamento, verifica uma receita de 1,2 milhões de euros de dividendos e participações em sociedades, por isso, solicita identificação das mesmas. -----

É sua opinião que as obras idealizadas vão sendo adiadas demasiadas vezes para anos seguintes com promessas de concretização. Assim, questiona qual a percentagem de ligação dos últimos saneamentos efectuados, bem como das actividades previstas pela Associação Ílhavo Comércio Vivo. -----

Mário Júlio: Ambição, coerência, visão global, maximização dos benefícios para os cidadãos, equilíbrio e ensatez, são as características que destaca do Plano e Orçamento apresentado. Indica que este Plano é um documento que prossegue um caminho idealizado há já 11 anos com vista na melhoria sustentada das condições de vida dos munícipes. Fará isso, através da previsão de captação de fundos estruturais do

QREN que se traduzirão em mais obra. Por fim, caracteriza o Plano e Orçamento como equilibrado e sensato, porque assume o risco envolvido nas suas opções. -----

Flor Agostinho: Constata que neste Plano prevê que é necessário consolidar e garantir despesas de funcionamento, para estarem preparados para se candidatarem à aprovação de Fundos Comunitários. ----

Entende que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 que hoje consubstancia um conjunto de investimentos a realizar durante um cenário de conjuntura económica difícil, realçando os constrangimentos dos impostos motivados pela Lei das Finanças Locais, o carácter centralizador do novo modelo de gestão do QREN, o atraso na execução financeira do QREN, a diminuição previsível nas receitas municipais do IMI, do IMT e da Derrama, acrescidos da crise nacional e internacional que afectará o rendimento de particulares e empresas. -----

Assim e nesta ambiência, diz que o documento assenta numa estratégia de consolidação de uma gestão responsável e ambiciosa, baseando na despesas de funcionamento cobertas por receitas definidas e consignadas no Plano e que direcciona a estratégia, do investimento do município para a captação de Fundos Comunitários, através da apresentação de projectos no quadro do QREN, MaisCentro, do Programa Polis Ria de Aveiro, Região de Aveiro, rentabilização da Gestão Intermunicipal das Redes de Água e Saneamento Básico bem como da implementação do programa de gestão das redes urbanas para a competitibilidade e inovação. -----

Destaca obras projectadas e programadas no âmbito da qualificação e modernização do Parque Escolar como os novos centros escolares Senhora do Pranto e Cale da Vila, bem com uma Ampliação das Escolas de Vale de Ílhavo, Presa e Coutada, e ainda obras e acções relacionadas com a pesca e a ria do Programa Promar. -----

Considera este Plano tecnicamente bem fundamentado, ambicioso e alvo de risco previsível e orientador para a concretização de muitas obras e acções incluídas na estratégia que o PSD propôs aos Ilhavenses no último acto eleitoral. -----

Manuel Monteiro: Relativamente ao Plano apresentado, faz referência ao ponto H, no que se refere aos Planos de Pormenor, nomeadamente para a Colónia Agrícola. Esta é a principal preocupação da população do lugar da Senhora dos Campos, ex-Colónia Agrícola, que desde 1995 esperam ansiosamente pela sua conclusão, visto que é este o argumento que a Administração Central utiliza para justificar o não assumir dos seus compromissos. -----

Pretendia ver incluído no Plano, a recuperação de uma das casas degradadas que tem estado na dependência do Centro de Formação Profissional, e que demonstra como funcionam os Serviços de Administração Central no que diz respeito à conservação e utilização do Património, para servir de casa de modelo do Colono e Sede da Associação de Moradores. -----

Humberto Rocha: Analisados os Planos e Orçamentos anteriormente apresentados, verifica que a Expansão da Zona Industrial da Mota, que a Requalificação Urbanística do Centro da Gafanha e de Ílhavo, o Saneamento da Gafanha da Nazaré e D'Áquem, a Restauração de Cinema Texas, a Construção de Habitação Social, vão-se prolongando ao longo dos diversos planos. -----

Dado o Plano Director Municipal de Vagos ter sido anunciado como finalizado, questiona a situação do mesmo para Ílhavo. -----

Tece comentários sobre os valores apresentados no Plano dizendo que, apesar de sempre justificarem que a nova Lei das Finanças Locais lhes prejudica a gestão, verifica que o actual Plano e os anteriores

apresentados têm tido valores de crescimento. -----

José Loureiro: Pergunta se o orçamento é folgado ou se as verbas mencionadas são para serem cumpridas. -----

Após várias considerações tecidas sobre o Plano, chama à atenção para os valores apresentados nas várias rubrica em comparação com anos anteriores. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): O Orçamento apresentado tem uma matriz ao nível da Receita Corrente obrigatória por lei, havendo crescimento, porque a Receita Corrente é calculada com base na lei e esta obriga que a Receita Corrente seja considerada nos próximos em função do ano vigente. -----

Entende ser absurdo fazer qualquer comparação entre Municípios, visto que é impossível comparar realidades tão distintas. Para isso, destaca obras como, o Centro Cultural de Ílhavo, o Jardim Oudinot, a ampla rede de Saneamento Básico, o Festival de Bacalhau e a Regata Dos Grandes Veleiros. -----

--
Diz que teria preferido que as obras tivessem tido início em 2007 ou 2008, mas dadas as circunstâncias elas irão avançar em coerência já no início de 2009 conforme as linhas de orientações de estratégia definidas na candidatura às eleições, e aprovadas pela população. -----

Na sequência das intervenções dos membros, reflecte que foi dado início a um novo ciclo de trabalho, visto que para obtenção de Fundos Comunitários há que aceder às novas regras do QREN e negociar com o Governo a sua distribuição. Assim, os municípios, através da sua associação, trabalharam em conjunto, construindo oportunidades para a contratualização, redes urbanas, competitividade e inovação, Programa Operacional da Pesca, promoção no âmbito da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal para a Gestão do Pólo Marca Turística Ria de Aveiro, entre outros. -----

Entende que o nosso município está em vantagem, porque tem uma população e um conjunto de empresas que trabalham, que pagam impostos, que cumprem as suas obrigações, daí ser o segundo município do país com maior índice de desenvolvimento social, o que permite à Câmara obter receita e obter capacidade de aproveitar oportunidades como as do QREN. -----

Responde ao membro José Loureiro, perante o seu comentário de este ser um orçamento folgado, dizendo que ele se encontra devidamente produzido para evitar elevadas revisões ao documento, de forma a não desperdiçar oportunidades e prazos para conquistar Fundos Comunitários. -----

Destaca a referência feita pelo membro Mário Júlio ao dizer que o Plano tem ambição, realismo e risco, para aproveitar as oportunidades e gerir dificuldades que encontrarão ao longo do ano. -----

Termina dizendo que iniciarão o ano de 2009 com o encerramento das Comemorações dos 110 anos da Restauração do Município, com três acontecimentos: lançamento do Foral de Ílhavo, inauguração de uma estátua em homenagem aos homens e mulheres desta terra e obra do artista ilhavense António Neves e espectáculo evocativo à obra do ilhavense Carlos Paião. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Eduardo Ferreira: Solicita esclarecimentos sobre a receita de 1,2 milhões de euros de dividendos, sobre a que se refere os 7,5 milhões de euros de venda de terrenos a sociedades e sobre indemnizações nas receitas por deterioração, roubo e extravio, estragos provocados por outrém no valor de 200 mil euros. -----

--
Flor Agostinho: Manifesta a solidariedade ao Presidente da Câmara, porque é muito difícil tentar explicar este documento na ambiência em que se vive. Diz ser difícil explicar como se constrói o Orçamento sem ter noções mínimas para tal. -----

Humberto Rocha: Espera que o percurso da CIRA seja tão promissor quanto está a ser o da SIMRIA e da Associação de Municípios do Carvoeiro, demonstrando que já antes acreditavam em projectos inovadores.

-
Anuncia que as linhas de orientação estratégica são as mesmas de Planos de anos anteriores, mas será o Relatório e Contas correspondente ao ano de 2008 que irá confirmar a realidade dos números apresentados. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Manuel Monteiro que partilha o conhecimento do problema, mas que se agravou com o surgimento de outro. Explica que foi extinta a Direcção Geral do Património que acompanhava o processo. Esta será substituída por uma nova Direcção Geral do Ministério das Finanças, daí as pessoas envolvidas já não acreditarem no Governo. -----

Quanto às referência do membro Eduardo Ferreira, explica que os dividendos de 1,2 milhões irão ser tardiamente recebidos da SIMRIA por força dos tais caudais não reais que lhes foram facturando ao longo dos primeiros anos do seu funcionamento, e que cessou em 2006 para facturarem somente os caudais reais e a diferença ficava como dividendos, proveitos futuros para a Câmara de Ílhavo. Em relação à venda de terrenos, estima que fiquem disponíveis três na Zona Industrial da Mota e outros na Zona Industrial da Gafanha de Áquem, perspectivando obter receita desse património. A outra verba será necessária em termos de orçamento para a gestão de um conjunto de circunstâncias tais como: indemnizações ligadas às seguradoras, entre outras. -----

Responde ao membro Humberto Rocha dizendo que não é possível comparar os sucessos da SIMRIA e da Associação de Municípios da Ria com o trajecto da CIRA, porque os primeiros tiveram projectos com investimento específicos e o projecto da CIRA tem como base a elaboração de um plano territorial de desenvolvimento, que conserta quadros de projectos com 200 milhões de euros de investimento referenciado com 120 milhões de euros de Fundo Comunitário cativo para executarem o Plano. Esta associação é transversal, pluridisciplinar, criando uma dimensão de desenvolvimento à escala Intermunicipal. -----

É sua convicção que este Plano permitirá uma boa prestação das suas acções. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor (dezasseis) dos membros do PSD e 7 (sete) votos contra dos membros do PS (5), CDU (1) e CDS/PP (1). Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membros do PS: -----

“Embora já se torne um hábito, espanta-nos sempre a facilidade como o Senhor Presidente da Câmara apresenta os números e os dados do Orçamento, num Município em que a maior parte das obras se eternizam através dos anos. -----

Continuamos a ver referida a “Expansão da Zona Industrial da Mota”, bem como a sua área de equipamento, a “Requalificação Urbanística do Centro da Cidade de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré”, o já crónico adiamento do “Saneamento da Gafanha da Nazaré e D’Aquém”, a “Restauração do Cinema Texas”, a não construção de “Habitação Social”, etc. etc. -----

O Plano Director Municipal há 11 anos que está em “banho-maria”, continuando o Senhor Presidente a culpar de Instituições Governamentais pelos atrasos, embora no Município vizinho em condições similares, a revisão do PDM já fosse divulgada, nos órgãos de comunicação social, como aprovada. -----

E o dizer da afirmação de que as despesas de funcionamento (14.644.850 €) representam apenas 28,7% do valor total do Orçamento! É lógico que, quanto mais se empola, ficticiamente, este Orçamento, mais desce aquela percentagem. -----

Mas a verdade é bem outra: -----

Em 2006 a despesa corrente passou de 48% da receita efectiva para 61% em 2007, o que corresponde a dizer que 61% das receitas da CM de Ílhavo ficaram cativas para o seu funcionamento. -----

Em 2009 verificamos que as receitas correntes previsíveis são 23.834.909€ e as despesas de funcionamento orçam os 14.644.850€, correspondente a uma percentagem de 61,4. -----

Pelo contrário, contra todas as previsões pessimistas e derrotistas do Senhor Presidente da Câmara, do maldizer da nova Lei das Finanças Locais, as transferências do Orçamento de Estado têm vindo a aumentar nos últimos anos, cifrando-se no ano de 2009 num aumento de 5% em relação a 2008. -----

O Executivo da CMI fala numa época de fortes condicionalismos de receita (O documento refere baixa do IMI, do IMT, da Derrama, etc.), mas apresenta um Orçamento com um aumento de 8% em relação a 2008! Algo está mal explicado... -----

De toda a maneira duvidamos que seja possível atingir os 51.352.000 € creditados ao Orçamento global da CMI se, numa época de recessão, aparecem, por exemplo, 7.500.000 € de venda de terrenos e 1.100.000 de dividendos e participações em lucros de sociedades!... -----

E se pegarmos no valor das despesas da CMI verificamos que só em juros de dívida pública, são pagos 1.854.000€, dos quais 1.100.000 de juros de mora, onde se incluem as dívidas a fornecedores. A dívida da CMI continua a aumentar em 2009. -----

É necessário grande imaginação e, principalmente, muita falta de sentido crítico, para justificar os valores da dotação total do Plano e das Receitas orçamentadas. -----

Mas pelo que tivemos oportunidade de verificar, sabemos que foi fácil elaborar este documento das Grandes Opções do Plano, pois as obras e projectos continuam a repetir-se de ano para ano, como é fácil de demonstrar: -----

- Nas Linhas de Orientação Estratégica – nem uma palavra diferente, cópia *ipsis verbis*, do Orçamento de 2008... -----

- No desenvolvimento de projectos, alvo de financiamento comunitário - Programa Operacional de Pescas
- cópia directa de 2008... -----

- No âmbito da intervenção “MaisIlhavo, S.A” - exactamente as mesmas palavras, nos mesmos objectivos de 2008... -----

- Na Segurança e Ordem Pública – tudo exactamente igual... só houve o trabalho de trocar a ordem das alíneas... -----

- Na Acção Social - nada de novo, os objectivos são os de 2008... -----

- No Ordenamento do Território – lá estão novamente: -----

A revisão do Plano Director Municipal -----

A conclusão e aprovação dum conjunto de importantes Planos de pormenor... -----

- Na Urbanização - Também tudo exactamente igual a 2008... -----

- Nos Resíduos Sólidos Urbanos – cópia integral de 2008... -----

- Na Cultura - os projectos e intenções são os mesmos de 2008... -----

- Na Rede Viária e Sinalização - apenas é alterada a ordem de apresentação dos objectivos... -----

E poderíamos continuar a enumerar casos idênticos, começando em anos mais recuados... -----

Acréscimo a tudo isto que as grandes obras executadas no Município são da responsabilidade do Estado na totalidade do investimento ou, pelo menos, na maior percentagem do quantitativo. -----

Pelos motivos apontados, votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009. -----

2008/12/18 -----

Pel'os Deputados do PS da Assembleia Municipal, -----

Humberto Rocha”. -----

Membro do CDS/PP: -----

“Porque como é público, o PSD e o Sr. Presidente da Câmara refere que o orçamento e GOP pertencem ao PSD eleito, -----

Porque sempre que é solicitado ideias para o orçamento esta solicitação é sempre acautelada pelo Sr. Presidente da Câmara no sentido de que não irão ser consideradas porque o PSD é que governa, -----

Porque consideramos que este orçamento não é viável neste tempo de grande crise que se irá prolongar, -
--Porque consideramos que este orçamento refere obras já mencionadas em GOP'S e orçamentos anteriores, Porque consideramos que as mesmas obras não podem mais uma vez serem adiadas, -----

Porque consideramos serem os munícipes os únicos perdedores desta maneira de fazer política, -----

O CDS-PP vota contra as GOP'S e Orçamento para 2009. -----

Ílhavo, 11 Dezembro 2008 -----

Eduardo Ferreira -----

Deputado Municipal -----

CDS-PP". -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 – Apreciação e Votação do Mapa do Quadro de Pessoal do Município. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Chama à atenção para a correcção na designação do Ponto da Ordem de Trabalhos, visto que a designação correcta na nova Lei é “Mapa de Pessoal do Município”. -----

Este Mapa apresenta os actuais Recursos Humanos da CMI e as previsões de contratações para o ano de 2009. Assim, através da nova Lei, o Plano no futuro passará a ser Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Flor Agostinho: Refere que o Mapa apresentado mostra um quadro equilibrado, sensato, proporcional; detém divisões com competências funcionais adequadas, com a distribuição dos funcionários devidamente enquadradas. No entanto, pergunta se os canalizadores, Cantoneiros de Limpeza e Fogueiros não estão erradamente afectos à Divisão de Cultura Turismo e Juventude. -----

Chama à atenção para o reduzido número de auxiliares de acção educativa que terá um aumento com a aplicação da nova Lei de Transferência das Competências para as autarquias das escolas. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE (RESPOSTA AOS MEMBROS): Em relação à pergunta colocada pelo membro Flor Agostinho, responde que são funcionários da área do desporto e detém competências necessárias para o bom funcionamento das piscinas municipais. -----

Relativamente à transferência de competência, indica que já teve início e que alguns funcionários já fazem parte da CMI, no entanto quando houver mais alterações será apresentado à Assembleia. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, tendo indicado o Vereador Marcos Ré para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR MARCOS RÉ: Justifica esta alteração com a introdução da Lei 60 de 2007, de 4 de Setembro, que veio modificar algumas situações que poderão facilitar a vida ao cidadão, tanto na simplificação processual como pela desmaterialização dos processos, possibilitando a articulação entre os serviços, de modo a ser sempre beneficiado o cidadão. -----

Destaca alguns ajustes no vocabulário urbanístico, de modo modernista e vanguardista, num problema característico do Concelho que são as Padeiras de Vale de Ílhavo e nas normas orientativas em matérias da energia, nomeadamente em novos materiais e novas formas de arquitectura para que possam ter uma construção melhor. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

José Loureiro: Na actual conjuntura económica e social, chama à atenção para o que considera errado que é aumentarem as taxas do Município, agravando mais a quebra de construção no Concelho. -----

Flor Agostinho: Partilha a mesma preocupação do membro José Loureiro, mas entende que os aumentos de taxas em 5% foram sensatos para que não haja um agravamento para as famílias. -----

Menciona que é com agrado que vê no art.º 17, referência aos anexos isentados, abrindo excepção às padeiras de Vale de Ílhavo para poderem exercer a actividade de fabrico artesanal de pão e folares regionais existentes nos seus anexos, construídos nas suas próprias habitações. Reconhece a atitude da Câmara no apoio ao fabrico do pão de Vale de Ílhavo. -----

Pedro Parracho: Faz notar que o documento apenas sofreu uma alteração no que respeita às acessibilidades, demonstrando que nestas decisões o Município já se encontrava à frente da própria Lei, possibilitando melhores condições de vida à pessoa com deficiência. -----

Concorda com a atitude da Câmara Municipal perante as Padeiras de Vale Ílhavo, salvaguardando-as da inspecção levada a cabo pela ASAE. -----

Quanto à questão do art.15, relativo aos estendais nas frentes dos edifícios, que dão um aspecto de país subdesenvolvido, questiona a eficácia do seu cumprimento. -----

Eduardo Ferreira: Considera as alterações benéficas aos munícipes e embora haja um aumento de taxas, não são exageradas. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Marcos Ré para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR MARCOS RÉ (RESPOSTA AOS MEMBROS): Em resposta ao membro José Loureiro diz que as taxas foram aumentadas nos termos do índice do preço ao consumidor, sendo aumentos residuais e as taxas mais elevadas são aplicadas em processos relacionados com loteamentos. -----

No que respeita ao Art.º 15, responde ao membro Pedro Parracho que, tudo depende da boa educação cívica, mas quando não existe, há a regulamentação prevista para que possam exercer o direito repressivo. -

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

José Loureiro: Refere que o país atravessa uma crise profundíssima em relação à construção civil e que o problema também se sente em Ílhavo. No entanto, não serão as famílias carenciadas directamente visadas porque não são as que constroem, mas sim as outras que estão a acompanhar a situação económica e por isso as Câmaras deveriam actuar em relação a esta situação tomando medidas que atenuassem a crise. ---

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR MARCOS RÉ (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

Compreende as preocupações demonstradas, fazendo referência que o próprio regulamento também tem mecanismos que permitem em situações de carência, ter uma atenção especial, tais como na redução das taxas e no pagamento em prestações. -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 - Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, tendo indicado o Vereador Paulo Costa para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO COSTA: Indica que as propostas de alteração são muito poucas: Elimina-se o artigo que referencia o Grupo de Amigos do Parque de Campismo que numa primeira fase tinha como objectivo apoiar a transição gestão municipal para uma gestão privada e nesta fase entende-se por uma questão de logística e de experiência que não se justifica que haja a continuação deste grupo de amigos sabendo contudo que a comunicação entre ambas será permanente e fundamental para a boa gestão do Parque de Campismo; altera-se a Tabela de Preços, com ajustes de alguns preços, baseados no valor da inflação, pois beneficiarão da gestão do parque, para que o mesmo continue a ser frequentado ao longo de todo o ano. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Eduardo Ferreira: Considera os valores apresentados coerentes e dentro dos padrões do Parques de Campismo vizinhos. -----

Chama à atenção para a especificação dos períodos de tempo mencionados, dando como exemplo a utilização do cofre é omissa no seu período de utilização. -----

Flor Agostinho: Compreende que o Parque de Campismo tenha de se adaptar à economia concorrencial e por isso deve adaptar-se às novas realidades conforme alterações indicadas pelo Vereador. -----

Humberto Rocha: Entende que apesar de o parque estar concessionado continua a ser pertença da autarquia e por isso deveria defender os utilizadores do mesmo, discordando da eliminação do grupo de Amigos do Parque. -----

Discorda também com o aumento exagerado das taxas que sobem 10 a 12% na época baixa e 7 a 11% na época intermédia, pois poderão proporcionar o afastamento das pessoas, o que não é conveniente para uma zona que se quer de turismo contínuo. -----

José Loureiro: Compreende que a empresa privada queira aumentar os preços, no entanto questiona o porquê de também a Câmara não aumentar a renda anual. -----

Pergunta se o Grupo de Amigos do Parque é uma associação formal ou um grupo de pessoas que frequentam o parque, pois se houver formalidade na sua constituição, a sua eliminação no regulamento deve ter outros procedimentos. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Paulo Costa para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO COSTA (RESPOSTA AOS MEMBROS): No seguimento das intervenções dos membros Eduardo Ferreira e Flor Agostinho diz que o parque está muito bem localizado, detém qualidade e é competitivo em termos de preço, levando a que seja cada vez mais procurado. -----

Responde ao membro Humberto Rocha dizendo que a Câmara Municipal sempre defendeu os seus cidadãos, demonstrando que em termos regulamentares criaram condições, destacando: descontos para aposentados, para funcionários municipais, para jovens e para pessoas detentoras de cartas de campista. --

Em relação ao Grupo de Amigos indica que não vão desaparecer pois irão continuar a frequentar como campistas e o concessionário irá continuar a ouvir as suas recomendações. -----

Em relação à questão do aumento das taxas, não compreende como diz que 10 ou 12% é um aumento exagerado, quando significa um aumento de centimos. -----

Esclarece o membro José Loureiro que é impensável o aumento da renda acima do que está previsto no Caderno de Encargos sempre que haja aumento da tabela de preços, o que torna também impensável a diminuição dessa renda sempre que haja diminuição da tabela de preços. -----

Indica que o Grupo de Amigos do Parque não é nenhuma associação e sim um grupo de amigos campistas que colaboram com o concessionário e que de livre vontade tomaram esta decisão. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

José Loureiro: Relembra que o Parque tem vindo a perder árvores e é seu entendimento a urgência da replantação para substituir as doentes e as inexistentes. -----

Humberto Rocha: Demonstra não concordar com a eliminação do grupo de Amigos, visto que se tinham inicialmente importância na gestão do parque, a qual funcionou bem, estanha esta tomada de posição

quando não há nada a indicar o contrário. -----

Eduardo Ferreira: Compreende a eliminação desse grupo, destacando que existirá meios de fazer reclamações como o obrigatório livro de reclamações e o livro de sugestões. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Vereador Paulo Costa para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PAULO COSTA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

Responde ao membro José Loureiro que existe um estudo elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, no sentido de fazer uma análise ao Parque de Campismo e de implementar o plano, a curto prazo, para uma mudança total do arvoredo do Parque. -----

Sobre a intervenção do membro Humberto Rocha indica que se optou pela extinção do grupo, mantendo contacto com os clientes através de livro de sugestões e de reclamações. -----
--

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor dos membros do PSD (16) e do membro do CDS/PP (1), 5 (cinco) votos contra dos membros do PS e 1 (um) abstenção do membro da CDU. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----
--

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membros do PS: -----

“Alterações ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra. -----

Embora o Parque de Campismo da Praia da Barra esteja entregue a um concessionário e este tenha a possibilidade de propor algumas alterações, cabe a Câmara Municipal de Ílhavo a competência e o dever de defender os utilizadores e os munícipes. -----

Discordamos do desaparecimento do grupo “Amigos do Parque” pelas achegas que poderiam continuar a dar para uma boa gestão daquele equipamento, com o argumento pouco consistente de que são muitos elementos. Era fácil haver entendimento com o grupo, sendo nomeada uma comissão que representasse todos os associados e que negociasse ou desse sugestões ao concessionário. -----
--

Discordamos igualmente, com o aumento mais que exagerado das taxas, que passam a ser 10 a 12% na época baixa e 7 a 11% na época intermédia. -----

Por tal motivo votamos contra o Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra. -----
--

2008/12/18 -----

Pel'os Deputados do PS da Assembleia Municipal, -----

Humberto Rocha”. -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao público, tendo havido a intervenção do seguinte Município: -----

Marco Vicente Martins: Na ambiência da criação do Fórum Náutico que conta com a participação de associações, pergunta para quando o mesmo para com Conselho Municipal da Juventude. -----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão colocada: ----

PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO): Indica que o Fórum Náutico está constituído, tendo sido uma opção política da Câmara Municipal de Ílhavo, que não tem um enquadramento legal, mas que está formalizada por um contrato de parceria, proposto e aceite por todos os parceiros. Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, informa que o Vereador da Juventude tem um conjunto de reuniões regulares com aqueles que considera úteis para o desenvolvimento da política de Juventude, nomeadamente as Associações do Município. Indica que recentemente surgiu legislação onde o poder central tenta impor ao poder local Conselhos que não têm qualquer utilidade. -----

Considera os fóruns com os agentes relevantes na temática relevantes para o desenvolvimento das Políticas Municipais e na Juventude e por isso será um formato a continuar a levar efeito no crescimento das políticas de proximidade aos cidadãos, cidadãos jovens. -----

O Presidente da Mesa, informou que terminada a discussão da Ordem de Trabalhos e não havendo mais intervenções do público, deu por finda a reunião pelas 00:45. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR _____, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA __ / __ /09.